

**AUTOR**

**Antônio Tadeu  
Ribeiro de  
Oliveira\***

tadeu.cidade@  
gmail.com

\* Doutor em Demografia  
pela Universidade  
Estadual de Campinas  
(UNICAMP, Brasil).  
Pesquisador Associado  
do Observatório das  
Migrações Internacionais  
(OBMigra)

# A migração de retorno para o Brasil no contexto da crise econômica

La migración de retorno a Brasil en el contexto de la crisis económica

*Return migration to Brazil in the context of the economic crisis*

## RESUMO

O paradoxo da mobilidade espacial da população está presente no modo de produção capitalista, mesmo em sua fase primitiva. A crise no padrão de acumulação do capital fordista, no final dos anos 1960 e princípios dos anos 1970, e sua passagem para um padrão flexível, provocou uma série de transformações não apenas na economia, mas também no modo de vida das populações. Esse novo modelo, cuja face política era o neoliberalismo, que apregoava o Estado mínimo, passou a impor barreiras à livre circulação de pessoas para os países do centro hegemônico. Trinta e poucos anos depois, a crise econômica iniciada nos países centrais, como prolongamento e reflexo de problemas não superados da crise anterior, acabou por gerar uma onda de retorno e reemigrações, passando o Brasil a figurar entre os países receptores de importantes volumes de fluxos de migração de retorno. Nesse sentido, o presente artigo buscará tratar das relações entre os fatores que provocaram tanto a saída quanto o retorno dos brasileiros, assim como, através de dados empíricos, identificar como se deu a reinserção dos migrantes no Brasil, a partir da localização geográfica e a reintegração no mercado de trabalho.

## RESUMEN

La paradoja de la movilidad espacial de la población está presente en el modo de producción capitalista, ya en su fase primitiva. La crisis en el patrón de acumulación del capital, a fines de los años 1960 y principios de los 1970, y su paso a un patrón flexible, ha provocado una serie de transformaciones no solo en la economía, sino también en el modo de vida de las poblaciones. Ese nuevo modelo, cuya expresión política era el neoliberalismo, que dictaba el Estado mínimo, pasó a imponer barreras a la libre circulación de personas hacia los países del centro hegemónico. Treinta y pocos años después, la crisis económica iniciada en los países centrales, como prolongación y reflejo de los problemas no superados de la crisis anterior, acabó por generar una ola de retorno y re-emigraciones, pasando a figurar Brasil entre los países receptores de importantes volúmenes de migración de retorno. En ese sentido, el presente artículo abordará las relaciones entre los factores que provocaron tanto la salida como el retorno de los brasileños, así como, a través de los datos empíricos, identificar cómo fue la reinserción de los migrantes en Brasil, a partir de la localización geográfica y la reintegración en el mercado de trabajo.

## ABSTRACT

The paradox of the population spatial mobility is present in the capitalist mode of production, even in its primitive stage. The crisis in the Fordist capital accumulation, in the late 1960 and in the early 1970, and their passage to a flexible standard, prompted a series of changes not only in economy but also in the way of people's life. This new model, whose policy was neoliberalism face, was trying to preach the minimal State, it imposed barriers against the free movement of persons to the countries of the hegemonic Center. Thirty years later, the economic crisis started in central countries, as an extension and reflection of problems that were not overcome in the previous crisis, eventually they generate a return wave and re-emigrations, Brazil figures among the recipient countries of important volumes of return migration flows. In this sense, this article will seek to address the relationships between the factors that caused both the output as the return of Brazilians, as well as, through empirical data, identify as occurred the reintegration of migrants in Brazil, from the geographical location and the reintegration into the labor market.

## 1. Introdução

O paradoxo da mobilidade espacial da população está presente no modo de produção capitalista, mesmo em sua fase primitiva, quando, desde então, apenas se desejava mobilizar aquela força de trabalho necessária à acumulação do capital, sendo um exemplo importante dessa fase a edição da “Lei dos Vagabundos”<sup>1</sup>. Esse aspecto fica claro na grande mobilização de braços para a indústria ocorrida no século XIX, ao se colocar em marcha para o outro lado do Oceano Atlântico o “excedente populacional”, resultante da etapa da transição demográfica na Europa, e não absorvível pelas economias locais.

A crise no padrão de acumulação fordista, no final dos anos 1960 e princípios dos anos 1970, e sua passagem para um padrão flexível provocou uma série de transformações não apenas na economia, mas também no modo de vida das populações (Harvey, 1992). Esse novo modelo, cuja face política era o neoliberalismo, que apregoava o Estado mínimo, passou a impor barreiras à livre circulação de pessoas para os países do centro hegemônico, mas, ao mesmo tempo, ao desarticular as economias locais, colocava a emigração como uma das estratégias de reprodução. Assim, novamente, o paradoxo mobilidade versus imobilidade mostrava sua face.

Como essas transformações na economia global provocavam profundas mudanças nas economias dos países periféricos, nos anos 1980, gerou uma crise na economia brasileira que perdurou por quase toda a década, colocando, de forma inédita, a emigração na agenda nacional, não obstante todas as restrições postas pelos países do centro desenvolvido à mobilidade da população. Várias pesquisas sobre o tema foram realizadas, destacando-se, entre tantas, a dissertação de Soares (1995), onde retrata o papel das remessas na dinâmica econômica de Governador Valadares, em particular, no setor imobiliário; e o livro de Sales (1999), excelente estudo com a comunidade brasileira em Boston, um dos principais destinos da nossa emigração, onde a autora detalha os mais diversos aspectos da inserção daqueles emigrantes na sociedade de destino, destacando, entre outros, como se inseriram, como se percebiam, como eram percebidos, a manutenção dos laços com o Brasil.

Quase três décadas depois, a crise econômica iniciada nos países centrais, como prolongamento e reflexo de problemas não superados da crise anterior, acabou por ocasionar uma onda de retorno e reemigrações, com o Brasil passando a figurar entre os países receptores de importantes fluxos de migração de retorno e de estrangeiros, como foi possível comprovar através dos dados do Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010) e do Sistema Nacional de Cadastro de Registro de Estrangeiros (DPF/MJ, 2015) Departamento de Polícia.

Assim, o presente artigo buscará tratar, a partir da contextualização histórica dos movimentos internacionais de população, as relações entre os fatores que provocaram tanto a saída quanto o retorno dos brasileiros, tentando demonstrar que esses fatores, seja do ponto de vista econômico, seja do demográfico, não estão dissociados.

Nesse sentido, o texto, além dessa breve introdução, está estruturado de forma a apresentar, inicialmente, alguns dos aspectos teóricos associados à questão do retorno<sup>2</sup>. No tópico 3 serão tratadas as causas que impulsionaram a emigração nos anos 1980, abordando o contexto internacional e local.

A quarta parte tratará da migração de retorno dos brasileiros e sua relação com a crise econômica mundial no final dos anos 2000, bem como, através de dados empíricos,

### **PALAVRAS-CHAVE**

Migração internacional de retorno; crise econômica; reinserção laboral dos migrantes; Brasil

### **PALABRAS CLAVE**

Migración internacional de retorno; crisis económica; reinserción laboral de los migrantes; Brasil

### **KEYWORDS**

International return migration; economic crisis; labor reinsertion of migrants, Brazil

Recibido:  
29.09.2015

Aceptado:  
06.05.2016

identificar como se deu a reinserção desses indivíduos retornados no Brasil, tanto no que diz respeito à localização geográfica, quanto à reintegração no mercado de trabalho. Em relação aos dados empíricos, é importante enfatizar que o foco está nos migrantes de retorno e não nos emigrantes brasileiros. Além disso, embora saibamos que alguns estudos qualitativos foram realizados com os brasileiros retornados, como, por exemplo, o levado a campo por Fernandes e Castro (2013), optou-se pela utilização de fonte de dados com maior robustez e representatividade estatística, o que explica o uso das informações sobre os migrantes de retorno obtidas através do Censo Demográfico de 2010.

Por fim, algumas considerações gerais serão colocadas de forma a concatenar as reflexões pretendidas pelo artigo.

## 2. Alguns aspectos teóricos associados ao retorno

Embora as migrações transatlânticas, entre os séculos XVI e XVIII, tenham assentado as bases para os grandes movimentos ultramar do século XIX (Bacci, 2012) e para a acumulação primitiva, a volta no tempo aqui empreendida parte do ponto no qual é possível estabelecer a contextualização de algumas questões associadas às migrações em si e, em particular, ao retorno. Essas questões, por sua vez, estão ligadas aos estigmas associados aos deslocamentos de população contemporâneos ao modo de produção capitalista.

A grande mobilização de força de trabalho para as indústrias, que ganhou impulso no século XIX, só foi possível com a destruição das formas como viviam e se reproduziam as sociedades antes da implantação do capitalismo. Esse processo de ruptura atingiu seu ápice no momento em que não era mais possível conciliar condições de reprodução não mercantis, fundada basicamente na agricultura de subsistência e na produção de alguns bens de consumo de forma doméstica, com as

relações no mercado, instauradas com a venda da força de trabalho ao capital. A reprodução do trabalhador e de sua família passa, então, a depender exclusivamente do mercado, o que implicava na necessária obtenção do dinheiro (Coriat, 2001). A combinação desses efeitos econômicos com a expropriação de terras de muitos camponeses colocou em marcha um contingente significativo de população totalmente despossuída, pobre e disponível ao capital. A pobreza era a marca principal no perfil desses migrantes. Essa constatação instaurava um estigma associado às migrações que perdura até os dias atuais: a migração como sinônimo de pobreza<sup>3</sup>.

Era uma época na qual a Europa atravessava a etapa da transição demográfica marcada pela redução das taxas de mortalidade e manutenção dos níveis das taxas de natalidade, o que implicava um acentuado crescimento populacional. Como a dinâmica do capitalismo era insuficiente para absorver toda aquela mão-de-obra disponível, mesmo na forma de exército de reserva, uma parcela dos movimentos internos de população se transformou em deslocamentos internacionais, tanto dentro da Europa quanto para além-mar.

Ravenstein (1980), ao perceber os movimentos de população produzidos pelas transformações econômicas na Grã Bretanha dos anos 1870-1880, estabelece algumas regularidades no ensaio denominado “Leis da Migração”. Entre essas regularidades, uma dizia respeito que toda corrente principal de migração gerava uma corrente secundária, de menor intensidade, no sentido contrário. Dessa observação depreende-se que não só relações geográficas, entre espaços de origem e destino, eram estabelecidas, como relações sociais e econômicas. Entre essas, o próprio retorno. Assim, a questão do retorno estava inscrita desde a primeira tentativa de se desenvolver uma teoria formal sobre as migrações.

A afirmativa de Ravenstein (1980) sobre a corrente secundária de menor intensidade faz todo o sentido, pois a mobilidade geográfica impelida pelo capital não estava necessariamente associada à mobilidade social

ascendente. Em muitas situações, os imigrantes eram explorados, configurando-se um quadro de baixos salários, péssimas condições de alimentação e de alojamento, o que impelia a reemigração. De modo que, aqueles que não eram bem-sucedidos em seus movimentos retornavam para as áreas de origem, que não necessariamente se apresentavam como opção para os não naturais.

Tratando do regresso de migrantes que empreenderam movimentos transatlânticos, Sassen (2013) assinala que as taxas de retorno eram muito elevadas. Apenas em relação aos Estados Unidos, estimativas apontam que 1/3 da imigração, que chegou entre a segunda metade do século do XIX e o início do século XX, regressou para os países de origem.

Sayad (2000) vai tratar do retorno com uma abordagem mais sociológica, do simbólico que representa o regresso no contexto das migrações: o pertencimento deixado no lugar de origem; o integrar e um novo pertencer no lugar de destino. Tudo mediado pela perspectiva do retornar, mesmo que o efetivo retorno nunca viesse a ocorrer. Abordagem que reforça a tese de que o retorno está inscrito no processo migratório desde o momento da partida. Fazito (2005) ao dizer em relação ao retorno que este cumpre dois aspectos básicos na migração, está reafirmando os aspectos do simbólico, trazidos por Sayad, e das relações sociais, aqui materializado nas redes sociais da migração:

- 1) fundamenta simbolicamente todo e qualquer deslocamento; 2) desempenha uma função estrutural na topologia de um sistema de migração que, muitas vezes, o particulariza num dado contexto (a circularidade da rede social da migração) (Fazito, 2005).

A idealização por trás do retorno carrega consigo o ideal do voltar às origens, mesmo que essa de fato não seja mais aquela do antigo pertencer, tendo experimentado mobilidade ascendente, resultante da experiência migratória. Aqui outro estigma<sup>4</sup> relacionado às migrações se produz: a possibilidade do “fracasso”, do deslocamento

que não foi bem-sucedido, do regressar em condições piores que as de partida. Sentimento que faz os indivíduos reemigrarem ou resistir e insistir no lugar de destino até o último instante, colocando o retorno, em muitos dos casos, como a derradeira alternativa. Ninguém quer se perceber ou ser percebido como fracassado.

Esses estigmas que associam a migração à pobreza e pesam sobre um possível retorno sem mobilidade ascendente levam, muitas das vezes, à negação do movimento empreendido. Os documentários “La vida en una maleta” (RTVE, 2011) e “El tren en la memoria” (RTVE, 2012), que narram a emigração massiva de espanhóis para França, Alemanha, Suíça e Países Baixos, no momento de intensa mobilização de força de trabalho no auge da produção fordista no pós-II Guerra Mundial, são bem emblemáticos a esse respeito. Os documentários mostram alguns dos migrantes, que depois de instalados no lugar de destino, se negam a se perceberem como tal: o movimento que fizeram seria temporário, o retorno se daria a curtíssimo prazo. Na percepção deles, o deslocamento que empreenderam estaria mais para um movimento pendular do que para migração propriamente dita. Contudo, os documentários mostram que a maioria daqueles migrantes se fixou no lugar de destino e regressava à Espanha apenas para passeio.

Mais recentemente, outro documentário, *The London of my dream* (Carnet, 2013), que aborda a emigração de espanhóis para o Reino Unido, pós-crise de 2008, mostra a atualização dessa mesma faceta. O filme retrata a vida de um casal na periferia de Londres. A esposa trabalha numa firma de limpeza e o marido não tem emprego. Ao ser questionada pelo entrevistador por que migraram, a reação da mulher é negar que seja migrante. Ela foi ter uma “experiência de vida” e estudar num país com idioma e cultura diferentes das dela. Mas, no desenrolar da película a ambição de ambos é revelada: conseguir um bom trabalho. Em resumo, mesmo vivendo em condições bastante adversas se recusam a admitir a possibilidade de retornarem à Espanha, que

consideraram em situação econômica pior, sobretudo sem terem logrado sucesso na Inglaterra.

São exemplos e relatos vividos por emigrantes espanhóis em momentos distintos da história dos deslocamentos populacionais dos nacionais daquele país, mas que retratam bem os dramas comuns às diversas experiências migratórias.

Esses estigmas, não de outro modo, também viriam a afetar boa parte dos emigrantes brasileiros que partiram para o exterior, de forma mais intensa, a partir dos anos 1980, e, posteriormente, no final dos anos 2000, e uma parcela daqueles que começaram a retornar em função da crise econômica que atingiu fortemente os principais países de destino da emigração brasileira.

### 3. Os fatores que impulsionaram a emigração nos anos 1980

Nos anos 1980, de forma inédita, o Brasil, até então visto como espaço de atração migratória, passou a ser emissor de fluxos migratórios internacionais. Estimativas apontam que nessa década o saldo migratório teria sido negativo em aproximadamente 1,5 milhão de pessoas (Carvalho, 1996 e Oliveira *et al*, 1996). Aqueles movimentos de saída foram determinados, em grande medida, pela crise econômica que afetou profundamente o país, como reflexo, ainda que retardado, dos processos de transformação no padrão de reprodução do capital que se acentuou nas economias centrais nos anos 1970.

Harvey (1992) aponta que o modelo de acumulação fordista já apresentava sinais de enfraquecimento na segunda metade dos anos 1960. O período 1965/1973 teria sido fundamental, evidenciando a queda de produtividade e lucratividade, o aumento galopante da inflação e a diminuição do dólar no cenário internacional, sem que as fórmulas keynesianas ou fordistas conseguissem dar

conta dessas contradições inerentes ao capital. Esses processos impunham ao capitalismo a busca por saídas.

Como é então que a “burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção e, portanto, as relações de produção?” A resposta que Marx dá em *O Capital* é completa e convincente. As “leis coercitivas” da competição de mercado forçam todos os capitalistas a procurar mudanças tecnológicas e organizacionais que melhorem a lucratividade com relação à média social, levando os capitalistas a saltos de inovação dos processos de produção que só alcançam seu limite sob condições de maciços superávits de trabalho. A necessidade de manter o trabalhador sob controle na fábrica e de reduzir seu poder de barganha no mercado (particularmente sob condições de relativa escassez de trabalho e ativa resistência de classe) também estimula o capitalista a inovar. O capitalismo é, por necessidade, tecnologicamente dinâmico, não por causa das míticas capacidades do empreendedor inovador (como Schumpeter viria a alegar), mas por causa das leis coercitivas da competição e das condições de luta de classes endêmicas no capitalismo (Harvey, 1992: 102).

A saída para a crise passou basicamente por: investimentos em inovações tecnológicas e de automação; maior racionalização, reestruturação e intensificação do controle sobre os processos de trabalho; dispersão geográfica para áreas que oferecessem menor resistência sindical e/ou incentivos fiscais; novas linhas de produtos; e produção em escopo. Medidas que visavam acelerar o giro de capital num cenário altamente inflacionário (Oliveira, 2009). Por outro lado, o capital financeiro passava a ganhar uma importância ainda maior, proporcionando ganhos substanciais ao capital especulativo.

As relações de trabalho sofreram um forte ataque, com a classe trabalhadora perdendo uma série de conquistas e assistindo à

precarização, refletida no trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado e a conseqüente redução salarial. Na dimensão política, o neoliberalismo emerge como modelo de poder e dominação que visava assegurar as condições necessárias ao capital para superar a crise, regulando, nesse sentido, as relações econômicas e trabalhistas.

O padrão rígido do fordismo dava origem então a um modelo mais flexível, seja nas formas de produção, seja nas relações de trabalho, seja nas relações sociais de um modo mais geral.

O Brasil, que nos anos 1970 vivia sob a euforia do milagre econômico, festejado pelo regime militar, passou a enfrentar a estagnação econômica. Lessa (2001) aponta que o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), lançado em 1974, foi fortemente afetado pela crise do petróleo, mas, sobretudo pela escassez de recursos financeiros externos que eram a principal âncora de sustentação do Plano. Harvey (1992) menciona que o aumento no volume de empréstimos aos países periféricos, de modo a fazer circular o excedente de capital, sobretudo o produzido pelos países produtores de petróleo no Golfo Pérsico, foi uma das saídas da crise. Quando, nos anos 1980, os recebedores dos empréstimos atingiram o nível máximo de endividamento, reduzindo sua capacidade de pagamento, experimentaram uma profunda crise financeira. Era a mudança no padrão de reprodução do capital impactando o desenvolvimento econômico e social nesses países.

Autores como Bacci (2012) e Sassen (2013) planteiam que as transformações na acumulação capitalista, observadas com a crise do fordismo, impactaram decisivamente os países periféricos, desarticulando as economias locais e reforçando o papel da migração internacional como estratégia de reprodução dos indivíduos. Não de outra maneira, assistiu-se à diversificação dos fluxos migratórios, que, por sua vez, passaram a envolver novos espaços de origens e de destinos, incluindo o Brasil entre as áreas de emissão.

Mais uma vez, um dos paradoxos de migração entra em evidência, pois ao mesmo tempo em

que as economias dos países periféricos iam sendo desarticuladas, provocando emigração, barreiras à imigração eram levantadas, expondo os migrantes a toda sorte de vulnerabilidade, preconceito, racismo e até mesmo xenofobia. Assim, os emigrantes brasileiros, que nos anos 1980 partiram, em maior número, para os Estados Unidos (EUA), e na década de 1990 passaram a incluir nas suas rotas migratórias Japão e Europa, sobretudo Portugal, Espanha, Itália e Reino Unido, começaram a experimentar, lá fora, situações semelhantes àquelas sofridas pelos imigrantes que por aqui aportaram entre a segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX.

### 3.1. O perfil do emigrante brasileiro

O Censo Demográfico de 2010 (CD 2010) ajuda a traçar o perfil desses emigrantes<sup>5</sup>. Como o Censo perguntou em cada domicílio se alguém que havia residido ali, na data de referência do levantamento, estava vivendo no exterior, é possível, a partir das características dos domicílios onde residiam os emigrantes, obter, por *proxy*, o perfil da emigração, o que ajudará, mais à frente, compreender a forma como se reinseriram na sociedade e no mercado laboral os migrantes de retorno.

Oliveira (2013) ao analisar a estrutura etária dos emigrantes (Gráfico 1), assinala que:

A composição por sexo e idade resultante do Censo Demográfico 2010 apresentou-se bastante concentrada naquelas idades consideradas ativas, ou seja, entre 15 a 59 anos, sendo que a contribuição do grupo etário jovem e daquele mais idoso não ultrapassou 6% do total de emigrantes. Essa estrutura etária é característica da migração motivada pela busca por oportunidade de trabalho no exterior, o que corrobora com o momento de crise econômica que atravessava o País, nos anos 1980, no qual esses fluxos de saída tornaram-se mais expressivos (Oliveira, 2013).

Mesmo com as possíveis distorções, fica evidente pelo perfil etário da emigração (IBGE, 2010) que se tratou de deslocamento

de população em busca de oportunidades de trabalho nos países de destino<sup>6</sup>.

Quase metade dos deslocamentos tiveram origem na Região Sudeste, destacando-se os estados de São Paulo e Minas Gerais. As Unidades da Federação do Paraná, Goiás, Rio de Janeiro e Bahia também aportaram contribuição importante para os fluxos emigratórios.

O rendimento médio domiciliar *per capita* dos domicílios<sup>8</sup> onde viviam os emigrantes que partiram do Brasil entre 2001 e 2010 era de R\$ 1.585,26, sendo o maior valor médio observado no Distrito Federal (R\$ 3.663,92). Apenas 13,6% dos emigrantes vivia em domicílios cuja renda média domiciliar *per capita* era inferior a ½ salário mínimo<sup>9</sup>. No extremo oposto, 17,6% viviam em domicílios com renda superior a cinco salários mínimos.

Esses dados corroboram para desmistificar um dos estigmas apontados anteriormente: aquele de que a migração é constituída basicamente por população pobre. Os emigrantes brasileiros, como a maioria, não se enquadram nessa situação. Muito provavelmente, a desagregação da renda domiciliar *per capita* por país de destino apontaria que os mais pobres devem ter se deslocado, em maior número, para os países de fronteira, com a parcela majoritária se dirigindo aos principais países de atração de nossa emigração.

## 4. A crise do centro capitalista e o retorno de brasileiros

No final dos anos 2000, fluxos migratórios de retorno e de migração Norte-Sul para o Brasil passam a ser observados. Esses movimentos foram determinados, em grande medida, pela forte crise econômica que atingiu os países desenvolvidos, em particular, aqueles para onde tinha se destinado a emigração brasileira, com destaque para Estados Unidos, Japão, Portugal, Reino Unido, Espanha e Itália, que responderam por 65,3% dos retornados. De acordo com os dados do Censo Demográfico de 2010, retornaram na década que antecedeu o levantamento 298,9 mil brasileiros (Tabela 1). Além desses, regressaram 33,6 mil pessoas naturalizadas brasileiras.

Em relação aos estrangeiros, chegaram ao Brasil 122,8 mil pessoas, desses, 30,6 mil (28,9%) vieram dos países desenvolvidos: Estados Unidos (9,4 mil), Portugal (6,8 mil), Itália (4,7 mil), Japão (3,9 mil), Espanha (3,7 mil) e Itália (2,2 mil).

Enfim, foi registrado na década um significativo aumento da migração de retorno, seja de brasileiros ou de naturalizados, como também de imigração dos países desenvolvidos. Mas, quais relações, para além da simples constatação da importante crise econômica, poderiam ajudar na explicação e compreensão desses deslocamentos?

Harvey (2011) assinala que a compreensão do fluxo do capital e seu comportamento é de fundamental importância para entender as condições que vivemos, suas crises e,

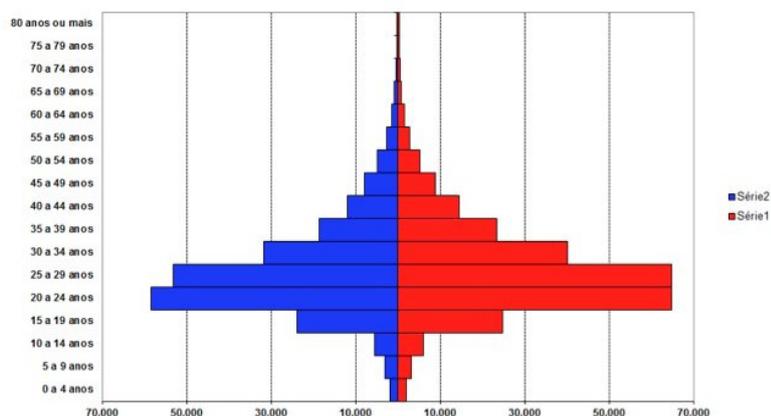


Gráfico 17. Composição da população de emigrantes internacionais por sexo e grupos de idade na data de partida. Brasil, 2010. Fonte: Censo Demográfico 2010.

Tabela 1

Fluxos migratório de brasileiros retornados, por sexo, segundo país de residência anterior (Brasil, 2010)			
País de residência anterior	Sexo		
	Total	Homens	Mulheres
Total	298864	157027	141837
Estados Unidos	64138	36106	28032
Japão	53825	27983	25842
Portugal	26609	14043	12566
Paraguai	26274	13431	12843
Reino Unido	18391	9840	8551
Espanha	17884	8824	9060
Itália	14254	7054	7200
Demais países e ignorados	77489	39746	37743

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

portanto, o reflexo disso em todos os aspectos sociais, aqui incluído a mobilidade espacial da população:

O capital é o sangue que flui do corpo político de todas as sociedades que chamamos capitalistas (...) É graças a esse fluxo que nós, que vivemos no capitalismo, adquirimos nosso pão de cada dia... (Harvey, 2011, preâmbulo).

Assim, procurando acompanhar o fluxo do capital, buscar-se-á compreender o comportamento do fluxo internacional dos indivíduos.

A “crise das hipotecas *subprime*”, observada em 2006 nos EUA, atingiu, inicialmente, negros, mães solteiras e latinos (imigrantes). Como afetava os segmentos menos favorecidos da população, não foi dada a devida importância para o prenúncio da forte ameaça que espreitava o sistema capitalista. Em 2007, quando a taxa de despejos passou a ser significativa entre a classe média branca, o governo começou a dedicar a devida importância ao problema, mas aí a crise já tinha chegado aos grandes bancos americanos, provocando o colapso da economia americana, que, por decorrência, afetou toda a economia mundial, em especial, aos países desenvolvidos, onde se concentravam os títulos das hipotecas. O tamanho da debacle

no sistema capitalista internacional só não foi maior do que a observada nos anos 1929 (Harvey, 2011)<sup>10</sup>.

Mas, por que as dificuldades dos bancos americanos puderam provocar uma quebra dessa dimensão no sistema mundial? De forma abreviada, pode-se responder também acionando Harvey (2011). O autor procura demonstrar que a crise do capital, no final dos anos 2000, estaria associada às saídas que foram encontradas para escapar da crise anterior, quando da passagem do modelo de reprodução fordista para a acumulação flexível.

Com a crise do capital nos anos 1970 e as saídas apontadas, a disponibilidade de trabalho não seria mais problema, mas o resultado disso foram os postos de trabalho com baixos salários e precários. A repressão salarial, no entanto, trouxe outro problema: a falta de demanda para a expansão da produção, trazendo o obstáculo da falta de mercado. A alternativa encontrada pela falta de dinheiro foi a disseminação do uso dos cartões de crédito e o consequente endividamento. A outra porta de escape, a financeirização, gerou um excedente de capital fictício dentro do sistema bancário, produzindo um endividamento entre os bancos, que estavam completamente desvinculados da produção, além de uma sucessão de crises financeiras desde 1973<sup>11</sup>. A onda de privatização que varreu o mundo, observada nos anos 1990, foi uma tentativa desesperada de alocar o excedente do capital, sob o pretexto que consistia em afirmar que as empresas estatais eram ineficientes. Nesse mesmo período, não obstante a repressão salarial, os lucros começaram a cair, face a concorrência de mercados, em especial, a entrada mais incisiva da China no cenário econômico global. Tudo isso tornava ainda mais difícil para as economias centrais a superação definitiva dos problemas enfrentados nesse ciclo do modelo de reprodução do capital.

A expansão urbana, que acompanhou esses processos, gerou pressão sobre os usos da terra, provocando aumento do valor e das rendas da terra. A produção desse ambiente urbano, onde vive a maior parte da população mundial, não estava dissociada da acumulação

do capital, ao contrário, constitui-se num dos principais meios de absorção do capital excedente. Todavia, esse ambiente construído envolve uma gama de problemas associados à duração do investimento e do seu retorno. Tipo de situação que não era novidade, dado que o capital já havia passado por dificuldades semelhantes em diversos outros episódios. A fórmula para garantir o ciclo na geração do lucro foi uma inovação financeira que, por um lado garantia o crédito necessário ao consumidor e, por outro, criava um mercado hipotecas ofertadas a investidores por todo o mundo.

Quando a tudo isso se soma à faceta da especulação, que apostou no crescimento interminável do mercado imobiliário, no qual os preços dos imóveis subiriam para sempre, o resultado não poderia ser outro: a geração de títulos “podres” ligados às hipotecas. Quando as famílias, que já na origem não poderiam ter arcado com o custo do financiamento, chegaram à sua capacidade máxima de pagamento a inadimplência se espalhou no mercado bancário americano.

A excessiva especulação financeira, expressa na farrá dos mercados futuros, no qual o capital se apoiou nessa etapa do modelo de acumulação, acabou por afetar profundamente o sistema financeiro mundial e o funcionamento do sistema capitalista em geral quando veio à tona a questão dos títulos hipotecários *subprime*.

Esses problemas enfrentados pelo sistema capitalista impactaram os movimentos populacionais, provocando nos países centrais, num primeiro momento, redução nos fluxos de entrada e aumento nas saídas, tanto de nacionais como de estrangeiros. Arango (2014) assinala que a crise econômica instaurada em 2007, sobretudo nos países desenvolvidos, produziu efeitos também no comportamento dos fluxos migratórios internacionais, afetando de forma distinta os diversos países. Olhando para países como Espanha, Irlanda e Chipre, mostra que esses sofreram com o estouro da bolha imobiliária, setor que impulsionou a crise em escala mundial, e que atingiu sobremaneira o comportamento migratório nesses países, já

que era o setor que mais emprego gerava para os imigrantes.

É nesse momento que parte dos migrantes brasileiros se deparam com o segundo estigma da migração: o retorno como símbolo do fracasso! Na mesma medida que historicamente os processos de expansão do capital têm se ancorado na mão-de-obra barata do imigrante, nos momentos de retração, esses são os primeiros a sofrerem os efeitos do encolhimento das atividades econômicas. Neste caso específico, para os brasileiros no exterior, o impacto ainda foi maior, dado que afetou mais duramente o ramo da construção civil que ocupava parcela importante da força de trabalho masculina brasileira.

Ao se analisar a reinserção dessa migração de retorno é possível perceber diferenças importantes no seio desse coletivo, que induz a pensar que o estigma associado ao regresso pode ter afetado de modo distinto os retornados.

Um primeiro aspecto a ser considerado diz respeito ao sexo dos retornados, muito embora os dados sobre os fluxos de emigração apontem para uma ligeira predominância feminina (53,4%), entre os regressados sobressaem em maior medida os homens (52,5%). Esse resultado pode estar associado ao fato dos setores mais afetados pela crise econômica serem justamente aqueles que empregavam em sua maioria homens.

Outro ponto importante do retorno está associado aos espaços de reinserção desses migrantes. O Cartograma 1 mostra as principais Unidades da Federação (UFs) para onde se destinaram esses fluxos. Os números sugerem que os retornados acabaram voltando, em boa parte, para as UFs de residência onde viviam antes de empreenderem a emigração, uma vez que, de um modo geral, a ordem de importância nas magnitudes das correntes de saída e entrada se mantiveram. Assim, São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Goiás estão entre as principais áreas de emissão e atração dessa migração.

A estrutura etária dos migrantes sinaliza que, do mesmo modo que o observado na emigração, a migração de retorno apresenta características predominantemente laborais. As crianças e adolescentes representavam 14,1% do volume dos retornados e o segmento idoso apenas 2,9%, ou seja, a população em idade ativa correspondia a 83%, e a razão de dependência total era de (20,4%). (Tabela 2).

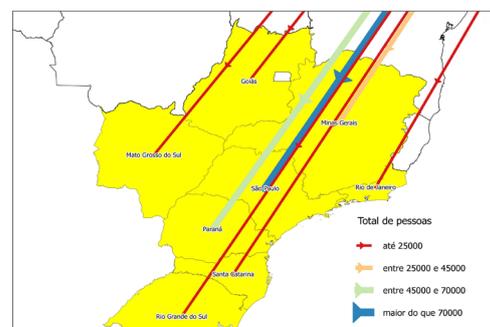
A Tabela 3 apresenta o nível de instrução dos migrantes de retorno. Entre eles, 29,8% não possuía o ensino fundamental completo e 13,1% tinha o ensino fundamental completo, mas não havia concluído o ensino médio. Se for levado em consideração o fato de que 14% dos retornados ainda se encontravam em idade de cursar o primeiro ciclo educacional, pode-se inferir que menos de 30% dos migrantes tinha nível educacional aquém do desejado, sendo justamente esse segmento que poderia estar entre aqueles expostos à maior vulnerabilidade. Outro ponto que chama atenção são os diferenciais de acordo com os países de origem do retorno, mostrando uma correlação positiva entre o perfil de mais alta escolaridade e grau de desenvolvimento do país. A exceção é o Japão, mas o é que facilmente explicável pelas características da emigração para aquele país, na qual a seletividade priorizava mais os aspectos da descendência nipônica. Em suma, esses migrantes de retorno possuíam, no geral, bom nível de nível de instrução. (Tabela 3).

Entre os migrantes regressados, 64,6% estava na população economicamente ativa (PEA) e, destes, 92,0% já havia se reintegrado ao trabalho. Esses dados demonstram que retornou um segmento importante para contribuir no mercado de trabalho brasileiro. De um modo geral, as características de emigração determinaram o volume da PEA, conforme o país de origem da migração de retorno. Assim, entre os retornados do Japão e Paraguai o aspecto mais familiar apresentou um peso importante quando comparados aos demais países emissores (Tabela 4).

Entre os economicamente ativos, a taxa de ocupação era bem alta, sobretudo se for levada em consideração que se tratava de pessoas que

estavam se reinserindo no mercado laboral do país. O perfil mais qualificado da migração ajuda a entender o bom desempenho na recolocação desses migrantes no mercado de trabalho, a exceção nessa correlação foram os retornados do Paraguai que, apesar dos menores níveis de escolaridade, apresentaram a maior taxa de ocupação. Contudo, a explicação para esse comportamento virá mais à frente, quando forem apresentados os grupos ocupacionais de inserção desse coletivo (Tabela 5).

Os migrantes de retorno, como era de se esperar, dado que apresentavam um bom perfil educacional, estavam inseridos em grande parte nos estratos superiores (44,0%) e médios (33,5%) dos grupos ocupacionais, apenas uma minoria (22,5%) estava ocupada nos estratos mais baixos<sup>12</sup>. Desse modo, os retornados que vieram dos países do Norte destacavam-se no grupo dos profissionais das ciências e intelectuais e na camada dirigente. Os regressados do Japão apareceram, principalmente, no grupo dos trabalhadores nos serviços e vendedores no comércio. Apenas 10% estava entre os profissionais das ciências e intelectuais e 9% se reinseriram no grupo de dirigentes e gerentes. Já para aqueles oriundos do Paraguai a reinserção se deu em ocupações elementares (31,4%) e no grupo ocupacional que reúne trabalhadores na agropecuária e similares (14,9%), o que pode ter proporcionado a maior taxa de ocupação registrada para esse coletivo (Tabela 6).



Mapa1. Fluxos migratórios de brasileiros retornados, segundo as principais UFs de residência (Brasil, 2010).  
Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Tabela 2

Fluxos migratório de brasileiros retornados, por grupos de idade, segundo país de residência anterior (Brasil, 2010)						
País de residência anterior	Grupos de idade					
	Total	<15	15 ---24	25 ---39	40 ---64	65+
Total	298864	42042	40767	127903	79575	8577
Estados Unidos	64138	6715	7722	27674	19909	2118
Japão	53825	10215	5763	20762	15638	1447
Portugal	26609	3459	3476	12624	6543	507
Paraguai	26274	4749	4554	7287	7877	1807
Reino Unido	18391	1453	2095	10912	3832	99
Espanha	17884	2426	2635	9169	3790	164
Itália	14254	1830	1686	6204	4105	429
Demais países e ignorados	77489	11495	12836	33271	17881	2006

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Tabela 3

Fluxos migratório de brasileiros retornados, por nível de instrução, segundo país de residência anterior (Brasil, 2010)						
País de residência anterior	Total	Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo	Não determinado
Total	298864	89059	39037	92362	77277	1129
Estados Unidos	64138	14072	7535	21437	20986	108
Japão	53825	17766	9803	19471	6462	323
Portugal	26609	8154	4548	9585	4222	100
Paraguai	26274	19559	3721	2337	527	130
Reino Unido	18391	2351	1502	6862	7619	57
Espanha	17884	4250	2753	6262	4608	11
Itália	14254	3045	1651	5282	4247	29
Demais países e ignorados	77489	19862	7524	21126	28606	371

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Tabela 4

Fluxos migratório de brasileiros retornados, por condição de atividades, segundo país de residência anterior (Brasil, 2010)			
País de residência anterior	Condição de atividade		
	Total	Economicamente ativos	Não economicamente ativos
Total	272030	193216	78814
Estados Unidos	59986	42933	17053
Japão	47240	31393	15847
Portugal	24465	18350	6115
Paraguai	24037	15378	8659
Reino Unido	17379	14433	2946
Espanha	16464	12838	3626
Itália	13113	9531	3582
Demais países e ignorados	69346	48360	20986

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Tabela 5

Fluxos migratório de brasileiros retornados, por condição de ocupação, segundo país de residência anterior (Brasil, 2010)			
País de residência anterior	Condição de ocupação		
	Total	Ocupados	Desocupados
Total	193216	177112	16104
Estados Unidos	42932	39733	3199
Japão	31392	27794	3598
Portugal	18349	16678	1671
Paraguai	15378	14531	847
Reino Unido	14433	13345	1088
Espanha	12838	11707	1131
Itália	9531	8794	737
Demais países e ignorados	48363	44530	3833

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Consequentemente, a renda domiciliar per capita também guardou correlação positiva com a escolaridade e a reinserção laboral dos migrantes retornados. Apenas 19,6% dos regressados viviam em domicílios cuja renda domiciliar per capita era inferior a dois salários mínimos<sup>13</sup>. Se for aplicado o corte em 1 salário mínimo per capita, o percentual se reduz para 9,7%. Destacaram-se aqueles que voltaram dos Estados Unidos e Reino Unido, que em sua maioria viviam em domicílios com renda per capita superior a 5 salários mínimos, respectivamente, 63,6% e 65,7%. No extremo oposto aparecem os retornados do Paraguai, dos quais 41,9% viviam com até 2 salários mínimos (Tabela 7).

Esses dados mostram as assimetrias na reinserção laboral dos migrantes que retornaram ao Brasil nos anos 2000. Se é verdade que uma maioria expressiva possuía bom nível de escolaridade e se reintegrou ao mercado de trabalho brasileiro nos estratos médios e superiores dos grupos ocupacionais, uma outra parcela, menos favorecida, onde possivelmente se encontravam os 30% de menor escolaridade, os 8% de desocupados da PEA, os quase 20% vivendo em domicílios com renda média de menos de 2 salários mínimos per capita e os 22,5% que estavam nos estratos mais baixos das ocupações, necessitam de políticas públicas que apoiem sua reintegração

social e econômica na sociedade brasileira. Muito embora Silva (2013) aponte um conjunto de iniciativas do Ministério das Relações Exteriores no sentido de dar suporte aos migrantes brasileiros no Brasil e no exterior, o resultado prático ainda é muito tímido, sendo a ajuda de entidades internacionais mais efetiva. Muitas dessas pessoas, com a crise econômica nos países para onde haviam se destinado, ficaram em situação de vulnerabilidade social e econômica e acabaram por aderir aos programas de incentivo e apoio ao “retorno voluntário”, mesmo que essa adesão fosse coberta de dúvidas, inseguranças e incertezas, de acordo com relatos de várias entidades que ampararam e financiaram o retorno desses brasileiros, como a Organização Internacional para as Migrações (OIM). As falas das pesquisadoras Gabriela Fernandez e Isabela Salim sobre o Programa de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração (ARVoRe) são bem emblemáticas quando assinalam as idas e vindas no processo de adesão ao Programa, com o migrante resistindo até o último minuto, na expectativa de que as condições lá fora melhorassem e possibilitassem a permanência no exterior. Eram situações nas quais a associação do retorno ao fracasso na experiência migratória era latente, revelando o quanto foi difícil para essas pessoas passarem por esse tipo de estigma. É sobretudo esse coletivo que necessita de políticas públicas mais incisivas de suporte à reintegração à sociedade brasileira.

## 5. Considerações finais

A primeira questão a destacar é que a emigração brasileira, intensificada nos anos 1980, ocorre no marco do paradoxo produzido pelo capital, que, por um lado, colocava a emigração como uma das estratégias de reprodução dos indivíduos, ao desarticular as economias locais, e, por outro, impunha barreiras à mobilidade espacial no âmbito internacional, uma vez que entendia que essa não era mais necessária no novo modelo de reprodução do capital. Nessa perspectiva, os fluxos migratórios internacionais só serviriam para pressionar ainda mais os recursos da proteção social, em pleno processo de contração devido aos ataques ao

Tabela 6

Fluxos migratório de brasileiros retornados, por país de residência anterior, segundo grupos ocupacionais (Brasil, 2010)									
Grupos ocupacionais	Países de residência anterior								
	Total	Estados Unidos	Japão	Portugal	Paraguai	Reino Unido	Espanha	Itália	Demais países e ignorados
Total	177112	39733	27796	16678	14530	13342	11708	8792	44533
A	14417	3309	2354	1239	909	1009	955	623	4019
B	19192	5608	2503	1076	353	2238	1266	1078	5070
C	40341	11070	2776	2519	435	4211	2464	2273	14593
D	16839	3622	2545	1687	361	1373	1100	1245	4906
E	11327	2166	2764	1304	367	1072	875	434	2345
F	25823	5106	6232	3081	1651	1582	2156	1374	4641
G	7614	2026	1479	422	2159	128	190	113	1097
H	15108	3091	2368	2459	2132	681	1144	752	2481
I	11427	1870	2071	1440	1568	500	675	445	2858
J	14025	1576	2699	1439	4569	527	841	395	1979
K	999	289	5	12	26	21	42	60	544

Legenda:

A - Ocupações mal definidas; B - Diretores e gerentes; C - Profissionais das ciências e intelectuais; D - Técnicos e profissionais de nível médio; E - Trabalhadores de apoio administrativo; F - Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados; G - Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca; H - Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios; I - Operadores de instalações e máquinas e montadores; J - Ocupações elementares; K - Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Tabela 7

Fluxos migratório de brasileiros retornados, por rendimento médio mensal domiciliar per capita, em salários mínimos, segundo país de residência anterior (Brasil, 2010)										
País de residência anterior	Rendimento médio mensal domiciliar per capita, em salários mínimos (1)									
	Total	Não aplic. (2)	S/ renda (3)	Até 1	1--- 2	2--- 3	3--- 5	5--- 10	10--- 20	>20
Total	298864	1126	14662	14426	29535	29820	500907	67036	45540	45812
Estados Unidos	64138	137	3087	1956	4212	4830	9133	15203	12115	13465
Japão	53825	41	3178	2483	6495	6419	12220	15027	5607	2355
Portugal	26609	59	1008	1042	2808	3275	6588	6753	2896	2180
Paraguai	26274	86	1052	3822	6130	5035	5744	3177	781	447
Reino Unido	18391	25	469	618	891	1289	2678	4767	3846	3808
Espanha	17884	17	627	571	1596	1815	3185	4572	2492	3009
Itália	14254	200	875	648	1363	1139	1986	2861	2895	2307
Demais países e ignorados	77489	561	4366	3286	6040	6018	9373	14646	14908	18241

Notas:

(1) O salário mínimo vigente à época da realização do Censo Demográfico era de R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais). (2) A categoria não aplicável inclui as pessoas retornadas que não vivem em domicílio particular permanente. (3) Domicílios mantidos com doações de terceiros.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Estado de Bem-Estar Social implementados pelas políticas neoliberais. O efeito prático das medidas restritivas foi praticamente nulo, dado que o volume da migração só fez aumentar e diversificar origens e destinos, sendo a emigração brasileira um exemplo clássico dessa realidade.

A segunda diz respeito à proxy do perfil dos emigrantes proporcionada pelo Censo Demográfico de 2010, onde transparece que parcela expressiva desses emigrantes partiu de domicílios situados nas camadas médias e altas. Essa observação é corroborada na análise da situação socioeconômica dos migrantes de retorno, que também apresentou resultados bem semelhantes. Isto significa que tanto os movimentos de saída quanto os de entrada de brasileiros estiveram longe de carregar majoritariamente entre eles o segmento mais pobre da população. Isto é importante de se ratificar, pois, tanto aqui como no exterior, a associação da migração com a pobreza está entre os principais argumentos usados por aqueles setores sociais contrários à mobilidade espacial da população.

O terceiro ponto a ser ressaltado é o da inter-relação entre os fatores que provocaram a onda emigratória e aqueles que levaram à migração de retorno. Os efeitos retardados da mudança no padrão de reprodução do capital chegaram ao Brasil quando o país passou a ser beneficiado por empréstimos que faziam circular o excedente de capital, atingiu níveis altos de endividamento e perdeu sua capacidade de pagamento, o que provocou uma crise que se prolongou por quase toda a década de 1980 e impulsionou a saída de brasileiros para o exterior. Quase trinta anos depois, a crise que assolou os países do centro capitalista e gerou ondas de reemigração e retorno estava intrinsicamente ligada à não superação da crise do fordismo, em particular, a excessiva especulação financeira que levou ao colapso a economia dos países mais desenvolvidos, quando a “crise das hipotecas subprime” provocou uma quebradeira no sistema bancário internacional.

Por fim, em relação à reinserção dos retornados, fica patente que as desigualdades manifestas na sociedade também se reproduzem nesse coletivo. Muito embora a maior parcela tenha se reintegrado nos grupos ocupacionais dos

estratos médio e alto e, por consequência, estivessem vivendo em domicílios com renda per capita mais elevada, a parte menos favorecida demanda por políticas públicas que amparem esse regresso e proporcione a reintegração na sociedade brasileira em melhores condições. A ajuda proporcionada no exterior por organismos internacionais e organizações não governamentais está longe de atender a todos os indivíduos em condições de maior vulnerabilidade, além de não garantir que aqueles que foram contemplados sejam bem-sucedidos. Nesse momento, toda idealização associada ao retorno, quando da partida, cai por terra, pois além do desafio que é enfrentar o estigma do fracasso, um outro se coloca: a necessidade de “dar certo” no Brasil.

## NOTAS

<sup>1</sup> A “Lei dos Vagabundos” tinha como objetivo impedir que as pessoas reprimir todas as pessoas que tivessem vínculo trabalhista, nesse sentido visava, entre outros fatores, impedir que os indivíduos migrassem para os centros urbanos sem que tivessem trabalho. Para maior detalhamento ver Castel (1998).

<sup>2</sup> A mensuração da migração de retorno no Censo Demográfico de 2010 foi obtida combinando o quesito que determina a nacionalidade da pessoa e o lugar de residência anterior. Assim, computou-se todos os brasileiros que declararam como lugar de residência anterior, há menos de dez anos, um país estrangeiro.

<sup>3</sup> Como na fase inicial dos grandes movimentos migratórios, no contexto do modo de produção capitalista, foi mobilizada uma força de trabalho constituída por elevada proporção de pessoas em situação de pobreza, os processos migratórios passam a ser vistos, pelo senso comum, que cria uma espécie de “marca que generaliza as migrações como sendo via de regra o deslocamento de indivíduos pobres, o que não tem rebatimento na realidade, na maioria dos casos”.

<sup>4</sup> Aqui o estigma está associado à forma como o indivíduo se percebe e imagina que será percebido, numa situação de retorno provocado por uma tentativa de migração entendida ou em realidade não bem sucedida.

<sup>6</sup> O IBGE, pela primeira vez, incluiu no CD 2010 perguntas sobre a população emigrante. Mesmo com problemas de subenumeração, o levantamento aportou contribuição importante para o conhecimento da emigração brasileira. Maiores detalhes ver OLIVEIRA (2013).

<sup>7</sup> Ressalta-se que a estrutura etária registrada no CD 2010 pode ter subenumerado o número de crianças entre 0 e 10 anos de idade, que nos casos dos domicílios totalmente desfeitos por motivo da emigração não foram contadas no levantamento.

<sup>8</sup> Em valores nominais referentes ao ano de 2010.

<sup>9</sup> Na ocasião do CD 2010 o salário mínimo correspondia a R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais).

<sup>10</sup> Harvey (2011) aponta que as crises do capitalismo ligadas aos problemas no mercado imobiliário tendem a ser mais duradouras, dado que o investimento no espaço construído, normalmente, é baseado em créditos de alto risco e de retorno demorado. Nesses casos, a crise demora a ser produzida e leva muitos anos para ser solucionada.

<sup>11</sup> Harvey (2001) assinala que houve muito mais crises financeiras entre 1973 e 2007 do que no período de expansão do modelo fordista, entre o Pós II Guerra Mundial e 1973.

<sup>12</sup> *Esses percentuais levam em consideração apenas as ocupações definidas, aproximadamente 8% das ocupações não foram bem definidas no Censo Demográfico de 2010.*

<sup>13</sup> *O salário mínimo vigente na data de referência do Censo Demográfico de 2010 era de R\$ 510,00, em valor nominal.*

<sup>14</sup> *As aspas se justificam pelo fato do retorno não ser tão voluntário assim. As condições objetivas adversas à permanência impuseram a adesão aos programas. Aqui o termo “voluntário” apenas faz distinção a outras formas mais compulsórias de saída, como, por exemplo, a deportação ou expulsão.*

<sup>15</sup> *O pronunciamento foi realizado no SEMINÁRIO IMIGRAÇÃO E EMIGRAÇÃO INTERNACIONAL NO CENÁRIO DE MUDAÇAS GLOBAIS NO INÍCIO DO SÉCULO XXI: AS RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E OS PAÍSES DA PENÍNSULA IBERICA, realizado na PUC Minas, nos dias 06 e 07 de junho de 2013.*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANGO, J. (2014). Nuevos patrones migratorios en el contexto de la crisis económica. El caso de España. Em: ARAGONÉS, A. M. (ed.). *Crisis económica y migración. ¿Impactos temporales o estructurales?* México D. F.: Universidad Nacional Autónoma de México.

BACCI, L. M. (2012). *Breve historia de las migraciones*. Trad. Marco Aurelio Galmarini. Madri: Alianza Editorial.

CARNET, P. (2013). *The London of my dream*. Londres: National Film and Television School. Documentary.

CARVALHO, J. A. M. de. (1996). O saldo dos fluxos migratórios internacionais no Brasil na década de 80: uma tentativa de estimação. Em: PATARRA, N. L. (coord.). *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. Campinas: FNUAP; São Paulo: Oficina Editorial. pp.227-238.

CASTEL, R. (1998). *As metamorfoses da questão social – Uma crônica do salário*. Trad. Iraci D. Poleti. Petrópolis: Editora Vozes.

CORIAT, B. (2001). *El taller y el cronómetro. Ensayo sobre el taylorismo, el fordismo y la producción en masa*. Trad. Juan Miguel Figueroa Pérez. Madri: Siglo XXI de España Editores.

DEPARTAMENTO de Polícia Federal Sistema Nacional de Cadastro de Registro de Estrangeiros (SINCRE). (2015). Brasília: DPF/MJ.

FAZITO, D. (2005). Dois aspectos fundamentais do “retorno”: símbolos e topologias dos processos de migração e sua circularidade. *IV Encontro Nacional sobre Migrações*, GT Migrações. Campinas: ABEP.

FERNANDES, D.; CASTRO, M. C. G. de (2013). Migração e crise: o retorno dos imigrantes brasileiros em Portugal. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana (REMHU)*. Brasília: CSEM, ano XXI, v. 21, nº 41, jul./dez.

HARVEY, D. (2011). *O enigma do capital: e as crises de capitalismo*. Trad. João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo.

HARVEY, D. (1992). *Condição pós-moderna*. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola.

IBGE. Censo Demográfico de 2010. Resultados da Amostra. Recuperado de [http://ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default\_resultados\_amostra.shtm]. Consultado [06-08-2015].

LESSA, C. (2001). *O Rio de todos os Brasis (uma reflexão em busca de auto-estima)*. Rio de Janeiro: Record.

OLIVEIRA, A. T. R. (2013). Um panorama da migração internacional a partir do censo demográfico de 2010. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana (REMHU)*. Brasília, CSEM, ano XXI, nº 40, jan./jun. pp. 195-210.

OLIVEIRA, A. T. R. (2009). *A mobilidade espacial da população e as transformações no modelo de desenvolvimento no Brasil no pós-1980: o caso do Estado do Rio de Janeiro*. Tese de doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo.

OLIVEIRA, A. T. R.; et al. (1996). Notas sobre a migração internacional no Brasil na década de 80. Em: PATARRA, N. L. (coord.). *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. Campinas: FNUAP; São Paulo: Oficina Editorial. pp. 227-238.

RAVENSTEIN, E G. (1980). As leis da migração. *NAÇÕES UNIDAS - Conceitos básicos, definições e mensuração da migração interna*. Em: MOURA, H. A. de. *Migração Interna: textos escolhidos*. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. t 1. pp. 1 9-88.

RTVE. (2012). El tren em la memoria. Madri. Recuperado de [http://www.rtve.es/alacarta/videos/el-documental/documental-tren-memoria/1797667/]. Consultado [ 07-03-2015].

RTVE (2012). La vida en una maleta. Madri: 2012. Recuperado de [https://www.youtube.com/watch?v=AVuTIJg3KtI]. Consultado [07-03-2015].

SALES, T. (1999). *Brasileiros longe de casa*. São Paulo: Cortez Editora.

SASSEN, S. (2013). *Inmigrantes y ciudadanos: De las migraciones masivas a la Europa fortaleza*. Trad. Jesús Alborés Rey. Madri: Siglo XXI de España Editores.

SAYAD, A. (2000). O retorno: elemento constitutivo da condição do migrante. *Revista Travessia*, São Paulo, 13 (número especial), jan. pp. 7-32.

SILVA, L. L. (2013). Políticas de apoio aos migrantes retornados: iniciativas da área consular do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana (REMHU)*. Brasília, CSEM, ano XXI, nº 40, jul./dez. pp. 295-304.

SOARES, W. (1995). *Emigrantes e Investidores: redefinindo a dinâmica imobiliária na economia valadarense*. Dissertação de mestrado, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.